



Gestão dos Direitos dos Artistas

**Relatório de Atividades
2017**

**Aprovado na
Assembleia Geral de 17
de abril de 2018**

Índice



Introdução	7
Distribuição	9
Análise Económica e Financeira	12
Cobranças	12
Gastos	13
Fornecimentos e	
Serviços Externos	13
Gastos com o Pessoal	14
Taxa de administração	14
Deduções Legais e Estatutárias.....	15
Fundo Social e Cultural	15
Fundo Reserva de Contencioso	15
Órgãos Sociais	16
a) Assembleia – Geral	16
b) Direção	17
c) Conselho Fiscal.....	17
Organização Interna da Cooperativa...	18
Anexos	19





Introdução

Este é o primeiro relatório anual redigido na nossa nova casa e, também, o primeiro a ser elaborado após a eleição dos órgãos sociais da Cooperativa, em dezembro de 2017.

Ao longo desse ano, a GDA consolidou, sem ruturas, o trabalho que veio a desenvolver-se ao longo dos últimos anos, prosseguindo as linhas orientadoras delineadas pelos princípios que a norteiam – transparência, organização e gestão democráticas, justiça na repartição e distribuição dos rendimentos cobrados no exercício da gestão coletiva, equidade, razoabilidade e proporcionalidade na fixação de comissões e tarifas e gestão eficiente dos recursos disponíveis.

Neste último aspeto, cabe-nos deixar nesta introdução algumas notas. No plano das cobranças podemos afirmar que ultrapassámos em 16% os valores orçamentados para 2017, tendo estas ultrapassado os 8,7 milhões de euros. Para esse resultado não foi despendendo o reforço das receitas obtidas, que resultou da aplicação da chamada Lei da Cópia Privada (em vigor desde 2015), e representou quase um terço da cobrança da Cooperativa.

Do lado dos gastos, a gestão criteriosa da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos cifrou-se numa poupança global da ordem dos 3,5% face a 2016. A título de exemplo destacamos aqui três áreas em que se assistiu a uma expressiva contenção de custos: honorários (-82%), deslocações e estadas (-10%) e despesas de representação (-31%).

Uma evolução menos favorável verificou-se ao nível das despesas com material de escritório, por

exemplo (+149%), dada a necessidade de dotar a nova sede de equipamentos. Situação idêntica à que se verificou ao nível da sub-rúbrica dos “trabalhos especializados” (+10%).

Esta última reflete as crescentes necessidades de meios tecnológicos que a gestão coletiva de direitos de artistas intérpretes exige atualmente, acarretando um esforço financeiro substancial para garantir uma retribuição célere e justa do trabalho desses artistas. A GDA tem feito esse esforço de forma contínua e sustentada, com um investimento em tecnologia na ordem dos 312.000 euros, em 2017.

Esse empenho tem levado a um reconhecimento internacional crescente da GDA pelas suas congéneres estrangeiras. A competência do nosso Departamento de Distribuição levou a SCAPR (organização que congrega entidades de gestão de direitos de autor e conexos de 45 países) a nomear o seu diretor, Bruno Gaminha, para o subcomité de Desenvolvimento daquela organização.

Esse investimento possibilitou a Portugal, através da GDA, assumir um papel de vanguarda ao nível mundial. Assim, enquanto nos Estados Unidos, os artistas só têm informação diferida quanto à *performance* das suas músicas no espaço público através das editoras, de agentes ou de associações que os representem, Portugal, ou seja a GDA, foi um dos primeiros a utilizar um sistema orientado para cada artista individual com acesso online e quase em tempo real, ao número de vezes que essa música passou nas estações de rádio e de televisão monitorizadas.

Essa nossa capacidade de lidar com tecnologia, assegurando aos artistas um serviço de qualidade e transparência, tem sido vista por muitos dos nossos parceiros como um *case study*.

Outro sinal de reconhecimento internacional foi a eleição, em maio, da nossa diretora de Relações Internacionais, Cláudia Cadima, para a direção da SCAPR.

A GDA vê também cada vez mais reconhecido o seu papel na sociedade portuguesa, em particular nos meios artísticos e culturais. E isso deve-se em parte a algumas iniciativas de visibilidade pública, como a nossa participação, pelo segundo ano consecutivo, com um *stand* na Web Summit, em Lisboa, onde lutámos por uma internet mais

justa para os artistas sob o lema *Fair Internet For Performers – FI4P*, uma das causas internacionais que continuamos a promover.

Em relação ao ano 2017 dedicamos duas palavras, de louvor e agradecimento, para a extraordinária competência e dedicação com que os nossos colaboradores, em Lisboa e no Porto, nos ajudaram a obter os presentes resultados. Para concluir esta introdução, ainda algumas palavras já relativas ao ano de 2018. A reunião da SCAPR, da qual a GDA foi anfitriã, em março, mostrou que os próximos anos continuarão a exigir o melhor de nós, das nossas capacidades de adaptação e de antecipação e do nosso sentido de espírito de missão, solidariedade e responsabilidade.

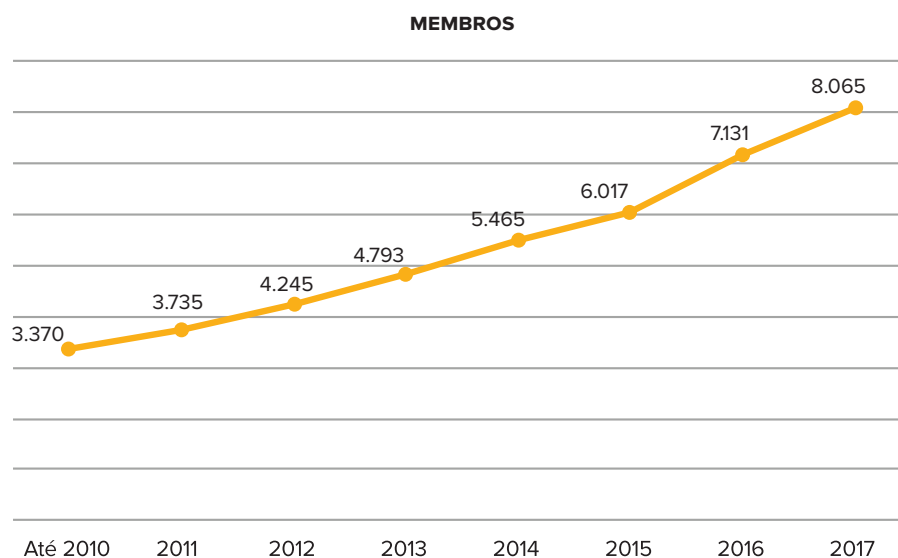
Distribuição

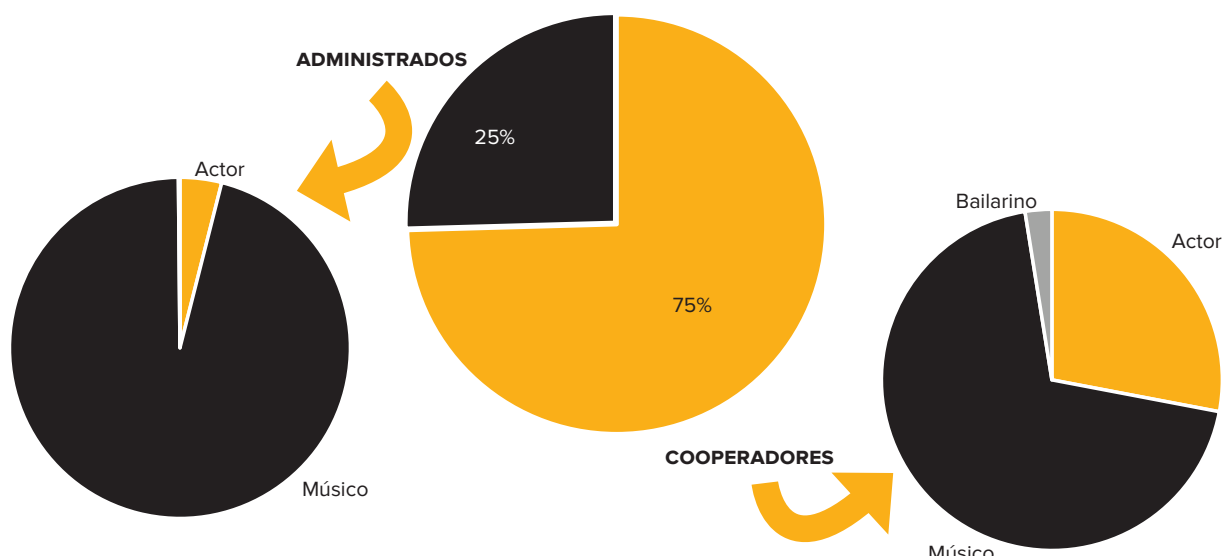
O planeamento elaborado para a Distribuição teve quase total concretização, mercê do empenho e eficiência de toda a equipa respetiva da qual não podemos deixar de mencionar o seu Diretor, cuja competência técnica tem sido reconhecida pelas nossas congéneres estrangeiras, levando a que os seus dirigentes escolhessem Bruno Gaminha para integrar o “subcomité de desenvolvimento” da SCAPR, de que fazemos parte.

E falando deste organismo internacional, é de relevar a eleição de Cláudia Cadima para a respetiva Direção, a que não é alheia ao prestígio que a GDA tem vindo progressiva e justamente a conseguir.

O referido prestígio que a GDA tem vindo a conquistar, quer no âmbito nacional, quer internacionalmente, resulta da qualidade do trabalho e do empenho de todo o potencial humano de que a Cooperativa se orgulha de contar, pelo que a Direção se lhe dirige com uma saudação muito especial de gratidão, realçando a otimização do serviço que é prestado aos seus membros, cujo número de inscritos ativos em 31 de dezembro de 2017, é o que figura no quadro abaixo.

Obviamente que os resultados positivos alcançados são, também, fruto do investimento contínuo na utilização de meios tecnológicos.





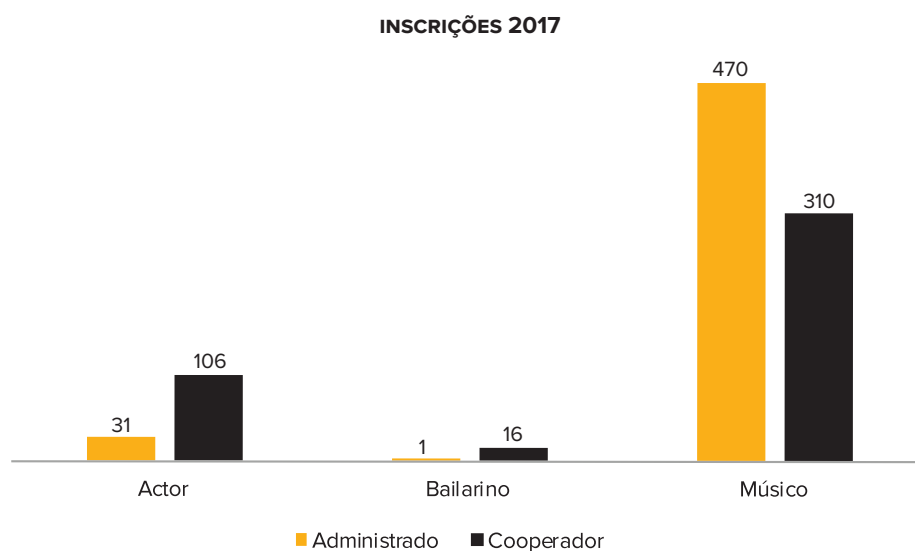
A proposta de revisão das regras de distribuição não pôde ser apresentada, dada a complexidade das áreas a analisar, bem como, das que serão objeto de eventual alteração, trabalho que se espera desenvolver em 2018.

O investimento realizado na plataforma REPART desde 2015, a reorganização interna do departamento de distribuição, no qual se destaca a criação da figura do gestor de repertório, o crescente aumento dos dados relativos ao repertório declarado e o contínuo trabalho de aperfeiçoamento, investigação e desenvolvimento dos processos levou a que em 2017 tenhamos conseguido

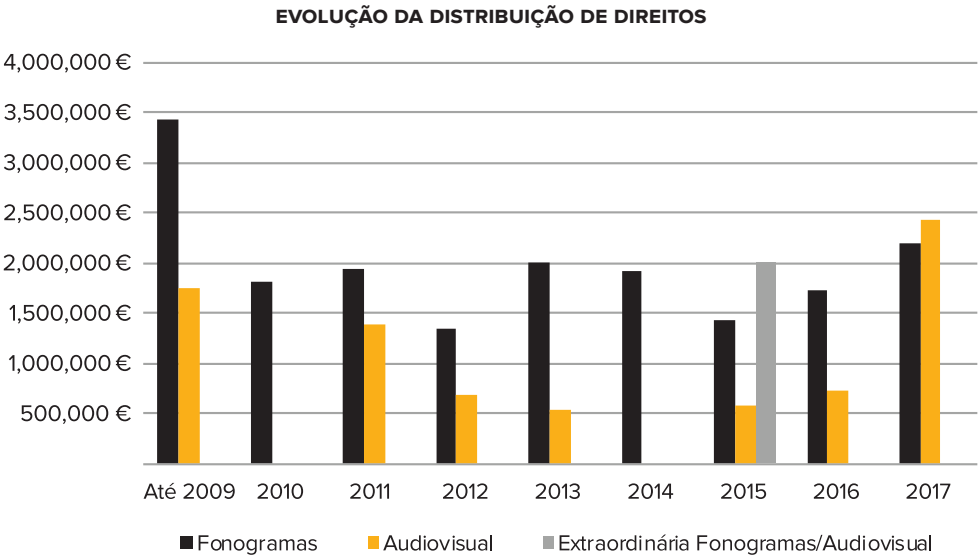
aumentar os direitos distribuídos. Deste universo, merecem destaque os esforços realizados na distribuição de audiovisual de forma a permitir uma redução do desvio temporal entre a utilização das obras e a distribuição.

Tendo em 2017 a GDA feito a distribuição de direitos associados a 3 anos distintos de utilizações das obras de audiovisual: os anos de 2012, 2013 e 2014.

Apresenta-se de seguida um quadro onde é possível constatar a evolução do número de declarações registadas nas bases de dados REPART.



Apresenta-se de seguida um quadro onde é possível constatar a evolução das distribuições de direitos até ao ano de 2017.



Análise Económica e Financeira

Toda a informação que é legalmente exigível faz parte integrante do anexo, porém, a título complementar, e para melhor compreensão das contas que se apresentam e colocam à apreciação, apresentamos de forma mais resumida as principais rubricas de receitas e despesas desenvolvidas durante o ano 2017, resultante do plano de atividades e orçamento aprovados.

Cobranças

Analizando as cobranças de direitos efetuadas ao longo do ano de 2017, registamos um crescimento desta rubrica, face ao valor orçamentado, de cerca de 16%, reproduzido no quadro abaixo indicado:

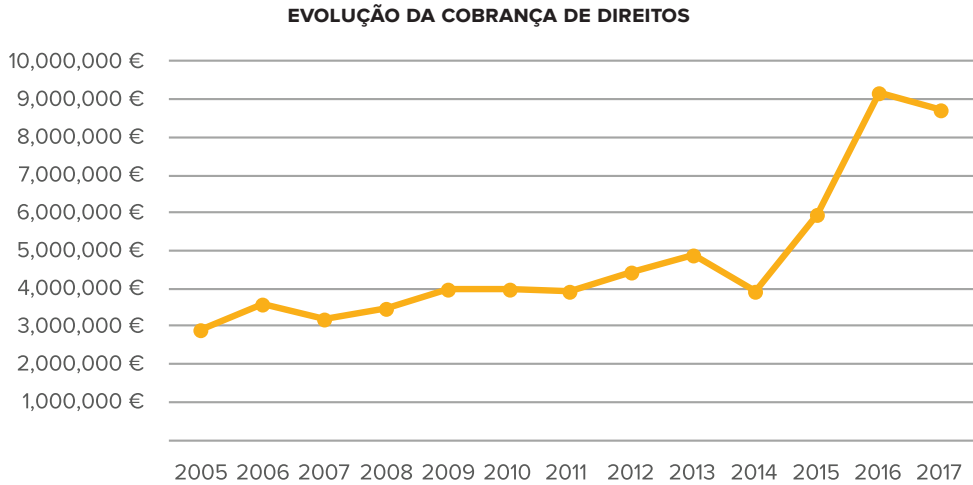
COBRANÇA DIREITOS	2016	ORÇ. 2017	2017	Δ % 2016-2017	Δ % EXEC/ ORÇ. 2017
Retransmissão por Cabo e Satélite	2,848,166.07 €	2,274,734.00 €	2,236,954.86 €	-21%	-2%
Radiodifusão	1,327,540.28 €	1,238,000.00 €	1,256,526.73 €	-5%	1%
Execução Pública Fonogramas	2,454,213.20 €	1,570,000.00 €	1,960,770.00 €	-20%	25%
Execução Pública Audiovisual	275,000.00 €	600,000.00 €	575,000.00 €	109%	-4%
Cópia Privada	2,279,911.64 €	1,800,000.00 €	2,675,899.87 €	17%	49%
	9,184,831.19 €	7,482,734.00 €	8,705,151.46 €	-5%	16%

O contributo dado pela cobrança da *Cópia Privada*, resultante da aplicação da “nova” Lei, a qual entrou em vigor em 5 de julho de 2015, e que já em 2016 havia registado um forte crescimento, manteve, em 2017, essa evolução, tendo sido responsável por 31% do total da cobrança da Cooperativa.

A Execução em espaços públicos, quer a relativa à área de fonogramas, em parceria com a Audiogest sob a marca “Passmúsica”, quer a parceria tida com os produtores de audiovisual, a Gedipe, no seu conjunto representaram cerca de 29% da cobrança total realizada no corrente ano.

A cobrança de direitos nas áreas da Retransmissão por cabo e satélite e Radiodifusão, foram responsáveis por 14% e 26% respetivamente.

Apresentamos de seguida um quadro que apresenta a *evolução das cobranças de direitos* para o período 2005 / 2017.



Gastos

No que se refere aos gastos globais da Cooperativa no ano de 2017 destacam-se as seguintes rubricas:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos apresenta na sua globalidade uma redução, face ao ano de 2016, de cerca 3,5%.

	ANO 2017	ANO 2016	Δ %
Trabalhos especializados	461,374.52 €	419,366.49 €	10.0%
Publicidade e propaganda	9,700.44 €	15,720.19 €	-38.3%
Honorários	17,606.00 €	95,961.44 €	-81.7%
Conservação e reparação	3,679.71 €	4,258.83 €	-13.6%
Outros fornec. Serviços	12,867.35 €	4,815.49 €	167.2%
Ferramentas e utensílios	6,539.03 €	15,913.58 €	-58.9%
Material de escritório	16,595.93 €	6,656.45 €	149.3%
Artigos para oferta	7,000.00 €	6,373.80 €	9.8%
Electricidade	12,742.08 €	11,810.99 €	7.9%
Combustíveis	3,137.20 €	3,378.00 €	-7.1%
Deslocações e estadas	33,640.15 €	37,301.94 €	-9.8%
Rendas e alugueres	25,913.84 €	27,294.77 €	-5.1%
Comunicação	43,872.84 €	25,467.40 €	72.3%
Seguros	7,292.60 €	7,192.17 €	1.4%
Despesas de representação	14,024.55 €	20,296.19 €	-30.9%
Limpeza, higiene e conforto	10,453.03 €	9,268.02 €	12.8%
	686,439.27 €	711,075.75 €	-3.5%

Pela sua natureza este grupo agrega várias sub-rúbricas relevantes para o funcionamento da cooperativa, para os quais passamos a fazer uma breve apreciação:

- **Trabalhos especializados:** verifica-se um desvio desfavorável, cerca de 10%, que resulta: i) valor relativo à licença anual da plataforma “Outsystems”, de 185.000 euros no ano de 2016, passamos a despende neste serviço 233.000 euros no ano de 2017, ii) licença do portal do artista “Vericast” de 28.000 euros em 2016 para 30.000 euros em 2017, iii) gestão da base dados internacional de artistas (VRDB), com custo de 21.000 euros no ano de 2017, tendo em 2016 sido registado 12.000 euros;
- **Honorários:** registou-se uma redução de 82% no ano de 2017, face ao ano de 2016. Os custos associados à assessoria jurídica no ano de 2016, totalizaram 46.000 euros, em 2017, a expressão deste mesmo custo totalizou apenas 4.000 euros; em 2016, foram contabilizados 21.900 euros em serviços de arquitetura, inexistentes no ano de 2017;
- **Material de escritório:** esta rubrica registou um desvio desfavorável de 149%, que resulta da necessidade de dotar as novas instalações de alguns materiais necessários ao arranque dos trabalhos neste novo espaço;

- **Comunicação:** um desvio desfavorável na ordem dos 72%, o qual resulta da revisão e ajustamentos necessários à ocupação das novas instalações;

- **Despesas de representação:** também em linha com as despesas de deslocações e estadas, estas apresentam um desvio favorável de cerca de 31%.

GASTOS COM O PESSOAL

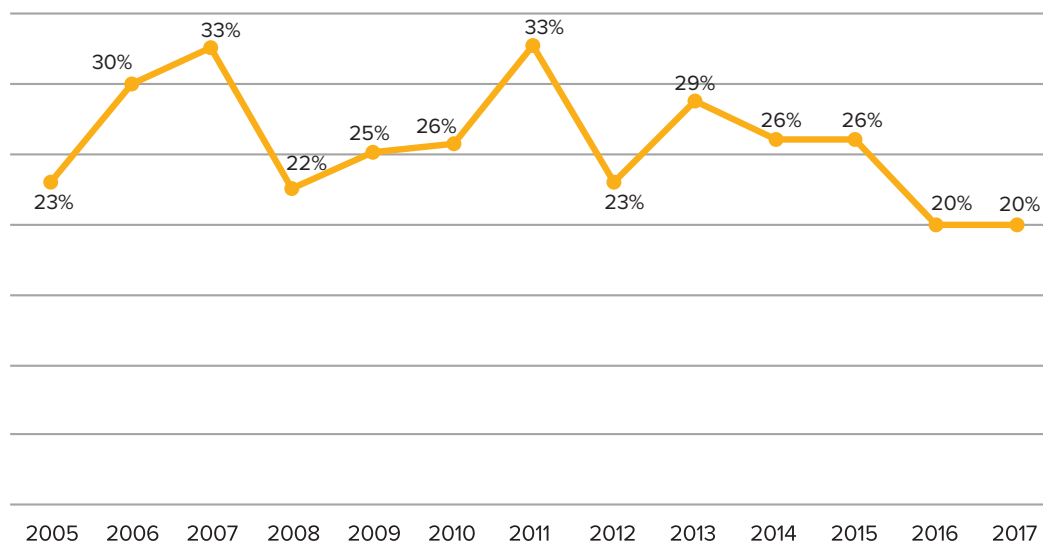
Em 2017 a rubrica gastos com o pessoal registou o valor total de 1.084.103 euros que reflete uma tendência de estabilidade face ao ano anterior (1.081.553 euros).

Taxa de administração

Em 2017 regista-se uma taxa de administração de 20%, inferior à prevista em orçamento (23%). Esta redução resulta do acréscimo verificado nas receitas (16%) e da integral execução dos gastos previstos no orçamento para o ano em referência.

Seguidamente, apresenta-se no quadro abaixo a evolução da taxa de administração registada no período 2005 / 2017, onde se verifica uma estabilização da taxa apurada face ao ano 2016.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO



Deduções Legais e Estatutárias

FUNDO SOCIAL E CULTURAL

É afeta uma percentagem, aprovada em Assembleia Geral de 15% dos direitos cobrados pela Cooperativa, a atividades sociais e de assistência aos seus cooperadores, a ações de formação, promoção das suas obras, à criação cultural e artística, nos termos da Lei das Entidades de Gestão.

Tal como acontece desde 2012, é a Fundação GDA que desenvolve e executa estas ações, sobre as quais se anexa o respetivo relatório.

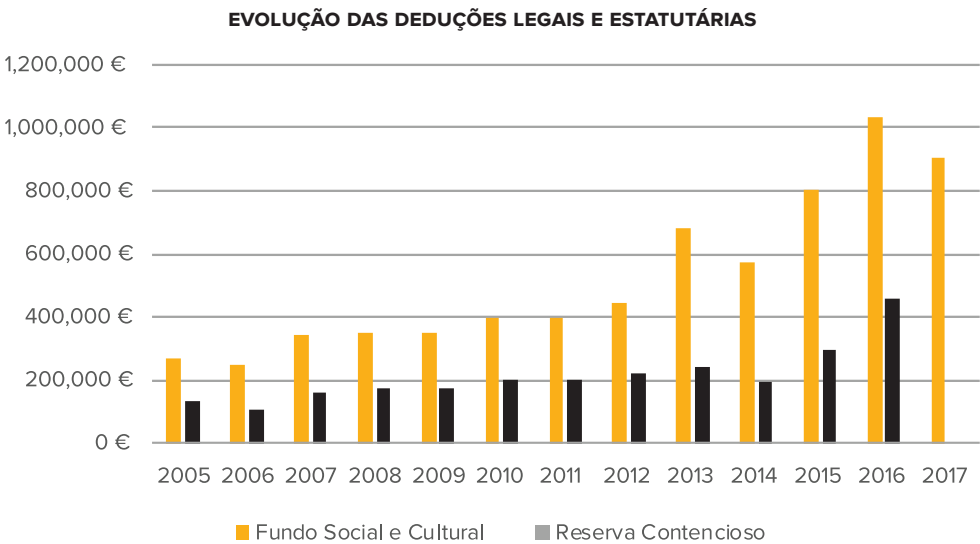
FUNDO RESERVA DE CONTENCIOSO

De acordo com os Estatutos, constituiu-se ao longo dos anos uma reserva destinada ao pagamento das despesas de contencioso, neste caso conforme deliberação em Assembleia-Geral a taxa que tem vindo a ser aplicada é de 5%. Este fundo destina-se à defesa dos direitos da Cooperativa e dos seus Cooperadores.

No ano de 2017, a Direção da GDA entendeu não se justificar o reforço deste fundo, dado que o valor já existente no mesmo é considerado suficiente para as despesas previstas no âmbito dos presentes processos em contencioso. Assim, e após obtida a respetiva aprovação para esta proposta em Assembleia-Geral de Dezembro de 2017, não foi feita a retenção daquela percentagem aos direitos cobrados. Esta situação veio proporcionar um acréscimo nos montantes de direitos a distribuir a todos os titulares de direitos.

Apresentamos, para o período de 2005-2017, a evolução das deduções legais e estatutárias, conforme mapa que se apresenta abaixo.

A Cooperativa, continua a considerar no seu património imobiliário as anteriores instalações, sitas na Rua Joaquim Agostinho Nr. 14B, em Lisboa, visando agora a sua rentabilização, nomeadamente por via do arrendamento, o que aconteceu em Janeiro de 2018, sendo esta uma medida transitória até à sua venda, a qual foi autorizada em Assembleia Geral de 12 Maio de 2017.



Órgãos Sociais

São Órgãos Sociais da Cooperativa: a Assembleia-Geral, a Direção e o Conselho Fiscal.

a) Assembleia – Geral

É o órgão máximo da Cooperativa e as suas deliberações, tomadas nos termos gerais e estatutários, são obrigatórias para os restantes órgãos da cooperativa e para todos os cooperadores desta. É constituída por todos os membros no pleno exercício dos seus direitos.

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente	Rui Mendes
-------------------	------------

Vice-Presidente	Carlos Costa
------------------------	--------------

Secretario	Mário Andrade
-------------------	---------------

b) Direção

A Direção é composta por treze cooperadores: um Presidente, um Vice-Presidente, um Tesoureiro e dez vogais, sendo ainda eleitos dois suplentes.

A composição deste órgão reflete a diversidade de titulares de direitos no universo dos Cooperadores. O Presidente da Cooperativa é por inerência o responsável máximo de qualquer outra Entidade criada diretamente pela Cooperativa, de que é exemplo a constituição em 2010 da Fundação GDA, para a prossecução de fins sociais, culturais e cívicos.

DIREÇÃO	
Presidente	Pedro Wallenstein
Vice-Presidente	Luis Sampaio
Tesoureiro	Carlos Vieira de Almeida
Vogal Executivo	Cláudia Cadima
Vogal Executivo	Miguel Guedes
Vogal Consultivo	João Nuno Represas
Vogal Consultivo	José Moz Carrapa
Vogal Consultivo	Joclécio de Azevedo Moura
Vogal Consultivo	João Afonso
Vogal Consultivo	Carla Chambel
Vogal Consultivo	Cristina Q.
Vogal Consultivo	Valter Lobo
Vogal Consultivo	Augusto Portela
Vogal Suplente	Joana Brandão
Vogal Suplente	Tim

c) Conselho Fiscal

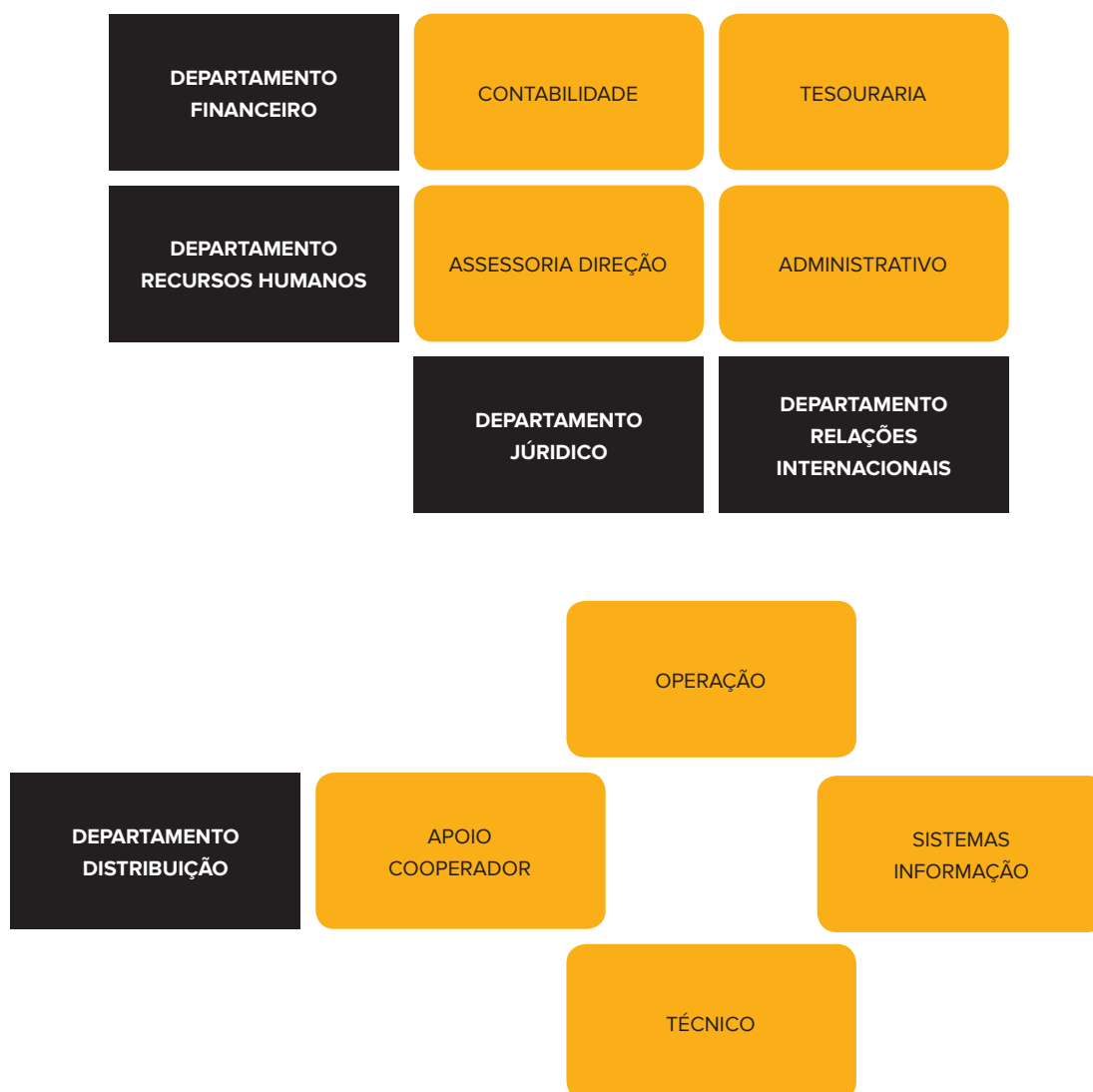
O Conselho Fiscal tem como missão, nos termos do Estatuto, fiscalizar as contas da Cooperativa e garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras.

Este órgão é composto por três membros efetivos: um Presidente, um Secretário e um Vogal, sendo este último um Revisor Oficial de Contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que acompanhará atividade financeira e contabilística da Cooperativa, emitindo Parecer nos termos dos Estatutos e da legislação aplicável.

CONSELHO FISCAL	
Presidente	Margarida Rosa Rodrigues
Secretário	Beto Betuk
Vogal	RV - Romão & Vicente – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por Dr. Leonel Dias Vicente
Suplente ROC	Dr. Justino Romão
Suplente	Vítor Fonseca/Cifrão

Organização Interna da Cooperativa

A estrutura interna da Cooperativa conta com 29 colaboradores que se encontram distribuídos pelos seguintes departamentos e serviços:



Anexos



Gestão
dos Direitos
dos Artistas

Prestação Contas

Ano 2017



Índice

I.	Balanço Individual	3
II.	Demonstração de Resultados por Naturezas	4
III.	Demonstração de Fluxos de Caixa	5
IV.	Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	6
V.	Anexo às Demonstrações Financeiras	7
VI.	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	22
VII.	Certificação Legal das Contas	24

I. Balanço

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

UNIDADE MONETARIA €

UNIDADE MONETÁRIA: R\$

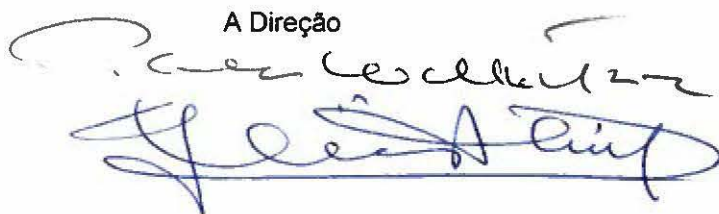
RUBRICAS	NOTAS (Anexo)	DATAS	
		31-12-2017	31-12-2016
<u>ACTIVO</u>			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos Fixos Tangíveis	4	2.588.501,03	2.282.683,49
Activos Intangíveis	5	0,00	133.846,66
Investimentos Financeiros	6	1.482,02	656,43
		2.589.983,05	2.417.186,58
ACTIVO CORRENTE			
Créditos a Receber	7	2.787.873,94	4.388.944,76
Estado e Outros Entes Publicos	8	4.318,21	2.923,52
Diferimentos	9	36.103,54	55.914,33
Outros Activos Correntes	10	14.918.305,20	12.888.129,63
Caixa e Depósitos Bancários	11	10.001.417,82	7.525.738,36
		27.748.018,71	24.861.650,60
TOTAL DO ACTIVO		30.338.001,76	27.278.837,18
<u>Fundos Patrimoniais e Passivo</u>			
Fundos Patrimoniais			
Fundos - Cooperadores	12.1	141.364,99	130.689,99
Ajustamentos/Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	12.2	825.416,58	410.797,16
		966.781,57	541.487,15
Resultado Líquido do Período		0,00	0,00
Total dos Fundos Patrimoniais		966.781,57	541.487,15
<u>PASSIVO</u>			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Financiamentos Obtidos	13	615.724,45	694.075,56
		615.724,45	694.075,56
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	14	51.818,39	232.434,39
Estado e Outros Entes Publicos	8	111.963,39	54.567,72
Financiamentos Obtidos	13	74.506,76	69.256,31
Outros Passivos Correntes	15	28.517.207,20	25.687.016,05
TOTAL DO PASSIVO		29.371.220,19	26.737.350,03
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		30.338.001,76	27.278.837,18

O Contabilista Certificado



(Membro OCC 23168)

A Direção



II. Demonstração de Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

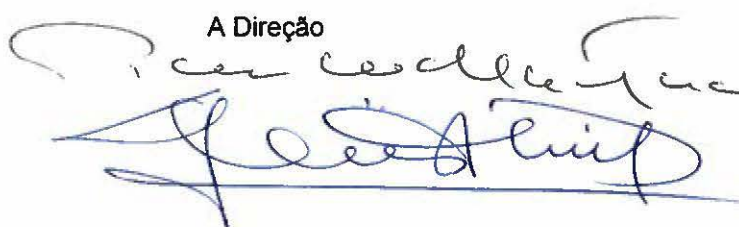
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS (Anexo)	UNIDADE MONETÁRIA € PERÍODOS	
		Ano 2017	Ano 2016
Vendas e Serviços Prestados	17	1.770.929,63	1.830.805,53
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	18	3.144,15	133.806,52
Fornecimentos e Serviços Externos	19	-686.439,27	-711.075,75
Gastos Com o Pessoal	20	-1.084.103,28	-1.081.553,79
Outros Rendimentos	21	532.210,50	158.335,35
Outros Gastos	22	-244.238,58	-207.223,36
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		291.503,15	123.094,50
Gastos /Reversões de Depreciação e Amortização	4	-259.131,98	-169.955,55
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		32.371,17	-46.861,05
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	23.1	0,00	160.074,62
Juros e Gastos Similares Suportados	23.2	-16.671,17	-91.381,45
Resultados Antes de Impostos		15.700,00	21.832,12
Imposto Sobre o rendimento do Período	24	-15.700,00	-21.832,12
Resultado Líquido do Período		0,00	0,00

O Contabilista Certificado



(Membro OCC 23168)

A Direção



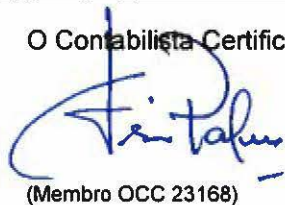
III. Demonstração de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

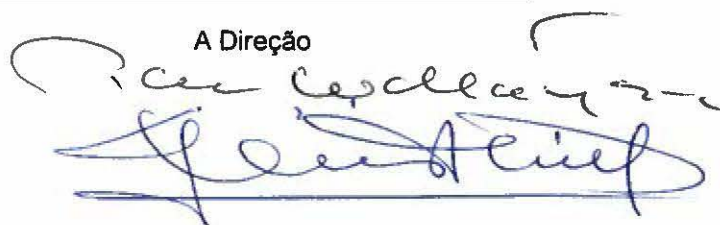
Unidade monetária: €

	NOTAS	Período	
		Ano 2017	Ano 2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		10.467.655,63	7.018.768,71
Pagamentos a fornecedores		-799.212,16	-711.075,75
Pagamentos ao pessoal		-807.622,36	-633.247,33
Pagamento de Direitos / Cooperadores		-2.733.325,96	-1.825.549,04
Caixa gerada pelas operações		6.127.495,15	3.848.896,59
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-4.542,00	-626.888,53
Outros recebimentos/pagamentos		-1.576.604,11	-12.746,97
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		4.546.349,04	3.209.261,09
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-540.004,32	-300.189,66
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros		-1.691.234,41	
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	38.738,89
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	21	29.213,56	160.074,62
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-2.202.025,17	-101.376,15
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos	12.1	10.675,00	11.350,00
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		210.452,42	3.846.357,56
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-73.100,66	-127.856,86
Juros e gastos similares	23.2	-16.671,17	-91.381,45
Dividendos			
Reduções de fundos			
Outras operações de financiamento			0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		131.355,59	3.638.469,25
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		2.475.679,46	6.746.354,19
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		7.525.738,36	779.384,17
Caixa e seus equivalentes no fim do período		10.001.417,82	7.525.738,36

O Contabilista Certificado


(Membro OCC 23168)

A Direção



IV. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS
NO ANO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária €

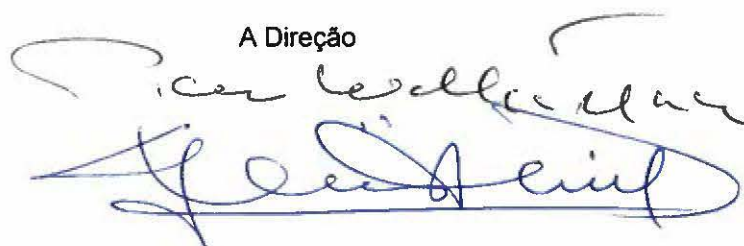
DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais			Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos - Cooperadores	Ajustamentos/ Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	119.339,99	410.797,16	0,00	530.137,15
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
FUNDOS - COOPERADORES		11.350,00			11.350,00
	2	11.350,00	0,00	0,00	11.350,00
POSIÇÃO NO FM DO PERÍODO 2016	3=1+2	130.689,99	410.797,16	0,00	541.487,15
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	4	130.689,99	410.797,16	0,00	541.487,15
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
FUNDOS - COOPERADORES	12.1	10.675,00			10.675,00
	5	10.675,00			10.675,00
AJUSTAMENTOS ATIVOS FINANCEIROS			414.619,42		414.619,42
	6		414.619,42		414.619,42
POSIÇÃO NO FM DO PERÍODO 2017	7=4+5+6	141.364,99	825.416,58	0,00	966.781,57

O Contabilista Certificado



(Membro OCC 23168)

A Direção



V. Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL, com sede na Avenida Defensores de Chaves, 46, A e B em Lisboa, NIPC 503 594 504, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o N.º 6151, foi constituída no ano de 1996 e tem como objecto social a Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes.

1.1. Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. As Demonstrações Financeiras referentes ao ano de 2017 foram elaboradas a partir dos registos contabilísticos da Cooperativa, de acordo com o regime de normalização para entidades do setor não lucrativo (ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. O Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo compreende:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho
- Normas Interpretativas (NI)

2.2. Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e resultados da GDA.

2.3. Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do período anterior:

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro do Ano 2016, com exceção das aplicações de tesouraria incluídas na rubrica "Outros Ativos Correntes", que foram mensuradas pela primeira vez a 31 de dezembro de 2017 ao justo valor.

3. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das Demonstrações Financeiras são as seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

3.1.1. Continuidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respetivos documentos de suporte, mantidos de acordo com as NCRF – ESNL (Aviso nº 8259/2015, de 29 de julho) em vigor à data da sua elaboração.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.2. Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009, estão registados ao custo de aquisição. As respectivas reintegrações foram calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas pelo Decreto regulamentar, nº 2/90 de 12 de janeiro. Os Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis adquiridos a partir de 1 de janeiro de 2010 estão registados ao custo de aquisição. As respectivas depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas pelo Decreto regulamentar nº 25/2009 de 14 de setembro, tendo sido adoptado o disposto no artigo 19º do referido Decreto Regulamentar relativamente aos bens de reduzido valor (unitário = € 1000) amortizados no período de aquisição na sua totalidade.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil:

Designação	Anos
Edifícios e Outras Construções	8 - 50
Equipamento Básico	5 - 10
Equipamento Transporte	4
Equipam. Administrativo e Software	1 - 10

3.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos activos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução de responsabilidade.

3.4. Instrumentos Financeiros

Os Instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

3.4.1. “Outros Activos Correntes”

Os Ativos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor.

3.4.2. “Caixa e Depósitos Bancários”

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e depósitos bancários correspondem aos valores de caixa e depósitos à ordem e a prazo que podem ser imediatamente mobilizáveis.

Os descobertos bancários a existirem, são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

Os depósitos bancários cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor.

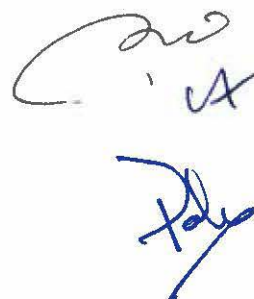
3.4.3. “Clientes e Outros Créditos a Receber”

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores, de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

3.4.4. “Financiamentos Obtidos”

Os financiamentos obtidos são registados no passivo de acordo com o método do custo.



3.4.5. “Fornecedores e outras contas a pagar”

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo.

3.5. Activos e Passivos Contingentes

Os activos e passivos contingentes são definidos como situações que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

A GDA não reconhece activos nem passivos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios ou prejuízos económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então os activos ou passivos deixam de ser considerados contingentes, sendo reconhecidos pelo seu valor estimado.

3.6. Rendimentos e Gastos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outros Ativos Correntes” e “Outros Passivos Correntes” ou “Diferimentos”.

3.7. Imposto sobre o Rendimento

O gasto relativo a “Imposto sobre o rendimento do período” é calculado com base nos resultados tributáveis da GDA, de acordo com as regras fiscais em vigor.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correcção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos.

3.8. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

- (a) Tal como mencionado na nota 2.3., as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, com exceção das aplicações de tesouraria incluídas na rubrica “Outros Ativos Correntes”, que foram mensuradas pela primeira vez a 31 de dezembro de 2017 ao justo valor.
- (b) Não foram efetuadas alterações significativas nas estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 quando comparadas com as estimativas contabilísticas incluídas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.
- (c) Não foram identificados erros materiais que afetem as demonstrações financeiras de períodos anteriores.

no
A
fol

4. Activos Fixos Tangíveis

Movimentos Ano 2017	Rubricas							Total
	Terrenos	Edifícios (A)	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Ativos fixos em curso	
Saldo Inicial:								
Valor Aquisição	412.500,00	1.484.383,26	1.659,28	92.001,12	1.658,91	300.219,87	506.040,60	2.798.463,04
Depreciação Acumulada	0,00	-192.783,68	-1.659,28	-23.000,28	-1.658,95	-296.677,36	0,00	-515.779,55
Valor Líquido Inicial	412.500,00	1.291.599,58	0,00	69.000,84	-0,04	3.542,51	506.040,60	2.282.683,49
Movimentos do ano:								
Aquisições		871.515,13				65.628,33		937.143,46
Alienações								0,00
Abates								0,00
Transferências							-506.040,60	-506.040,60
Depreciação do exercício		-44.649,10		-23.000,28		-57.635,94		-125.285,32
Total Movimentos	0,00	826.866,03	0,00	-23.000,28	0,00	7.992,39	-506.040,60	305.817,54
Saldo Final:								
Valor de Aquisição	412.500,00	2.355.898,39	1.659,28	92.001,12	1.658,91	365.848,20	0,00	3.229.565,90
Depreciação acumulada	0,00	-237.432,78	-1.659,28	-46.000,56	-1.658,95	-354.313,30	0,00	-641.064,87
Valor Líquido final	412.500,00	2.118.465,61	0,00	46.000,56	-0,04	11.534,90	0,00	2.588.501,03

Movimentos Ano 2016	Rubricas							Total
	Terrenos	Edifícios (A)	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Ativos fixos em curso	
Saldo inicial:								
Valor Aquisição	412.500,00	1.484.383,26	1.659,28	113.850,61	1.658,91	299.103,90	80.008,48	2.393.164,44
Depreciação Acumulada	0,00	-187.005,29	-1.659,28	-106.430,58	-1.658,95	-290.591,03		-587.345,13
Valor Líquido Inicial	412.500,00	1.297.377,97	0,00	7.420,03	-0,04	8.512,87	80.008,48	1.805.819,31
Movimentos do ano:								
Aquisições				92.001,12			426.032,12	518.033,24
Alienações				-113.850,61		-1.284,00		-115.134,61
Abates								0,00
Transferências				106.430,61		1.284,00		107.714,61
Depreciação do exercício		-5.778,39		-23.000,31		-7.370,33		-36.149,03
Total Movimentos	0,00	-5.778,39	0,00	61.580,81	0,00	-7.370,33	426.032,12	474.464,21
Saldo Final:								
Valor de Aquisição	412.500,00	1.484.383,26	1.659,28	92.001,12	1.658,91	300.219,87	506.040,60	2.798.463,04
Depreciação acumulada	0,00	-192.783,68	-1.659,28	-23.000,28	-1.658,95	-296.677,36	0,00	-515.779,55
Valor Líquido final	412.500,00	1.291.599,58	0,00	69.000,84	-0,04	3.542,51	506.040,60	2.282.683,49

(A) O Aumento registado na Rubrica do Ativo Tangível - Edifícios, no montante de € 871 515,13, respeita às Obras de melhoria e adaptação da nova Sede - Edifício da Av^a. Defensores de Chaves em Lisboa. A taxa de depreciação anual considerada foi de 2% sobre o valor de aquisição do referido Edifício, bem como para o valor das obras de adaptação e melhoria da nova Sede.

Este edifício foi adquirido em regime de locação financeira em 2014, por um período de 12 anos, tendo sido o ano 2017 o primeiro ano de utilização.

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

5. Activos Intangíveis

Movimentos Ano 2017	Rubrica	
	Sistema Informático "Rider Solution"	Total
Saldo Inicial:		
Valor Aquisição	401.459,70	401.459,70
Depreciação Acumulada	-267.613,04	-267.613,04
Valor Líquido Inicial	133.846,66	133.846,66
Movimentos do ano:		
Aquisições		0,00
Alienações		0,00
Abates		0,00
Transferências		0,00
Depreciação do exercício	-133.846,66	-133.846,66
Total Movimentos	-133.846,66	-133.846,66
Saldo Final:		
Valor de Aquisição	401.459,70	401.459,70
Depreciação acumulada	-401.459,70	-401.459,70
Valor líquido final	0,00	0,00

Movimentos Ano 2016	Rubrica	
	Sistema Informático "Rider Solution"	Total
Saldo Inicial:		
Valor Aquisição	401.459,70	401.459,70
Depreciação Acumulada	-133.806,52	-133.806,52
Valor Líquido Inicial	267.653,18	267.653,18
Movimentos do ano:		
Aquisições		0,00
Alienações		0,00
Abates		0,00
Transferências		0,00
Depreciação do exercício	-133.806,52	-133.806,52
Total Movimentos	-133.806,52	-133.806,52
Saldo Final:		
Valor de Aquisição	401.459,70	401.459,70
Depreciação acumulada	-267.613,04	-267.613,04
Valor líquido final	133.846,66	133.846,66

6. Investimentos Financeiros

Valor acumulado em 31 de dezembro de € 1.482,02, correspondente ao montante pago no âmbito do Fundo de Compensação de Trabalho, que foi instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto.

7. Créditos a Receber

	Ano 2017	Ano 2016
Cientes e Utentes		
Cientes / Utentes conta corrente		
Cientes Nacionais	2.787.873,94	4.388.944,76

8. Estado e Outros Entes Públicos

	Ano 2017		Ano 2016	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
IRC- Imposto S/Rendimento Pessoas Colectivas				
Pagam.Especial P/Conta	323,90		429,36	
A Reembolsar/Pagar		6.343,46		3.665,79
IRS- Imposto S/Rendimento Pessoas Singulares	2.655,96	73.621,20	2.494,16	29.626,00
IVA- Imposto S/Valor Acrescentado		7.982,63		2.148,51
Contribuições P/Segurança Social	1.338,35	23.921,96		19.074,37
Fundos de Compensação	0,00	94,14		53,05
	4.318,21	111.963,39	2.923,52	54.567,72

9. Diferimentos

As Rubricas do Activo Corrente na conta Diferimentos apresentavam em 31 de dezembro 2017, os seguintes valores:

	Ano 2017	Ano 2016
Gastos a Reconhecer		
Rendas de Edifícios	1.117,90	1.112,38
Seguros	11.640,06	11.392,97
Outros Custos	23.345,58	43.408,98
	36.103,54	55.914,33

Handwritten signature and initials.

10. Outros Ativos Correntes

	Saldo	Aumentos	Diminuições	Aumentos / Diminuições Justo Valor	Saldo
Aplicações de Tesouraria	12.884.927,47	3.588.909,14	1.975.846,29	412.683,85	14.910.674,17
Outros Ativos Correntes	3.202,16	204.164,87	199.736,00	0,00	7.631,03
Total	12.888.129,63	3.793.074,01	2.175.582,29	412.683,85	14.918.305,20

Os "aumentos de justo valor" resultam do registo ao justo valor das aplicações financeiras com base na cotação a 31 de dezembro de 2017.

11. Caixa e Depósitos Bancários

	Saldo	Aumentos	Diminuições	Aumentos / Diminuições Justo Valor	Saldo
Numerário	1.189,26	6.031.349,01	6.031.944,56	0,00	593,71
Depósitos à Ordem	3.678.191,54	17.094.511,05	15.266.351,68	0,00	5.506.350,91
Outros Depósitos bancários	3.846.357,56	1.957.603,34	1.311.423,27	1.935,57	4.494.473,20
Total	7.525.738,36	25.083.463,40	22.609.719,51	1.935,57	10.001.417,82

Os "aumentos de justo valor" resultam do registo ao justo valor das aplicações financeiras com base na cotação a 31 de dezembro de 2017.

12. Fundos Patrimoniais

	Ano 2017	Ano 2016
Fundos - Cooperadores	141.364,99	130.689,99
Ajustamentos/Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	825.416,58	410.797,16
	966.781,57	541.487,15

12.1. A rubrica "Fundos – Cooperadores" registou um aumento de € 10 675,00, integralmente realizado, por entrada de 427 novos Cooperadores.

Handwritten signature and initials

12.2. Ajustamentos/Variações nos Fundos Patrimoniais

	Ano 2017	Ano 2016
Prestações Suplementares Fundos	410.797,16	410.797,16
Ajustamentos ao justo valor:	414.619,42	0,00
<i>Aplicações Financeiras</i>	412.683,85	0,00
<i>Outros Depósitos Bancários</i>	1.935,57	0,00
	825.416,58	410.797,16

13. Financiamentos Obtidos

Bens em Regime de Locação Financeira em 31-12-2017:

	Valor de Compra	Depreciações Acumuladas	Valor Líquido Contabilístico
Terrenos	325.000,00	0,00	325.000,00
Edifícios	1.069.900,00	21.398,00	1.048.502,00
Equipamento Transporte	92.001,12	46.000,56	46.000,56
	1.486.901,12	67.398,56	1.419.502,56

Os valores dos pagamentos das Locações Financeiras a efetuar são detalhados conforme se indica:

	Pagamentos	
	Capital	Juros
Pagamentos até 1 Ano	74.506,76	15.336,60
Pagamentos a mais de 1 Ano	615.724,45	53.234,60
	690.231,21	68.571,20

14. Fornecedores

	Ano 2017	Ano 2016
Fornecedores conta corrente		
Fornecedores Nacionais	51.818,39	232.434,39

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

15. Outros Passivos Correntes

A conta "27 – Outras Contas a Receber e a Pagar" foi reclassificada na abertura do exercício de 2017. Todas as subcontas relacionadas com Direitos, Cooperadores e Entidades Congéneres, foram reclassificadas na Conta 26 – Cooperadores e Entidades Relacionadas.

15.1. Cooperadores e Entidades Relacionadas

A rubrica de Outros Passivos Correntes na conta Cooperadores e Entidades Relacionadas apresentavam em 31 de dezembro, os seguintes valores:

	Ano 2017		Ano 2016	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Direitos a Distribuir (a)		19.781.959,06		18.588.023,92
Facturação em Análise		1.032.927,77		932.662,40
Reclamações e Prescrições		4.997.275,65		3.248.809,23
Outros Valores		346.033,64		386.353,73
	0,00	26.158.196,12	0,00	23.155.849,28

- (a) Os valores incluídos nestas rubricas correspondem aos direitos já cobrados e pendentes de pagamento aos respetivos titulares, bem como os que ainda aguardam análise e tratamento para colocação à disposição dos mesmos.

15.2. Outras Dívidas a Pagar

A rubrica de Outros Passivos Correntes, na conta Outras Contas a Pagar apresentavam em 31 de dezembro, os seguintes valores:

	Ano 2017		Ano 2016	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Remunerações a Liquidar		145.238,00		143.806,99
Fundo Legal-Reserva Contencioso		872.514,14		1.147.703,49
Fundo Reserva - F.Social		181.887,02		180.207,02
Fundo Reserva - F.Cultural		8.932,55		8.932,55
Fundo Cultural - AGE COP		1.041.646,38		542.778,79
Receitas Estatutárias Art. 8º Fundação GDA		108.000,00		507.737,93
Outros valores		792,99		0,00
	0,00	2.359.011,08	0,00	2.531.166,77
Total dos Outros Passivos Correntes	0,00	28.517.207,20	0,00	25.687.016,05

16. Repartição do Valor da Facturação de Direitos Emitida

ANO	Facturação Total	Taxa de Administração	%	Fundação GDA	Fundo Legal	VALORES A DISTRIBUIR	
						Fonogramas	Audiovisual
2017	8.705.151,46	1.770.929,63	20%	904.387,74	0,00	3.534.407,78	2.495.426,31
2016	9.184.831,19	1.830.805,53	20%	1.035.737,93	459.241,56	3.540.360,09	2.318.686,08

17. Serviços Prestados

	Ano 2017	Ano 2016
Prestações de Serviços		
Taxa Administração	1.770.929,63	1.830.805,53

18. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

	Ano 2017	Ano 2016
Apoio Estágio IÉFP	3.144,15	0,00
Apoio ao Investimento- GDA	0,00	133.806,52
	3.144,15	133.806,52

Em 2017 o apoio ao investimento foi registado em outros rendimentos (ver nota 21).

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

19. Fornecimentos e Serviços Externos

Detalhe das principais rubricas da Conta Fornecimentos e Serviços Externos:

	Ano 2017	Ano 2016
Trabalhos especializados	461.374,52	419.366,49
Publicidade e propaganda	9.700,44	15.720,19
Honorários	17.606,00	95.961,44
Conservação e reparação	3.679,71	4.258,83
Outros fornec. Serviços	12.867,35	4.815,49
Ferramentas e utensílios	6.539,03	15.913,58
Material de escritório	16.595,93	6.656,45
Artigos para oferta	7.000,00	6.373,80
Electricidade	12.742,08	11.810,99
Combustíveis	3.137,20	3.378,00
Deslocações e estadas	33.640,15	37.301,94
Rendas e alugueres	25.913,84	27.294,77
Comunicação	43.872,84	25.467,40
Seguros	7.292,60	7.192,17
Despesas de representação	14.024,55	20.296,19
Limpeza, higiene e conforto	10.453,03	9.268,02
	686.439,27	711.075,75

20. Gastos com o Pessoal

20.1. Durante o exercício de 2017, a GDA teve ao seu serviço, em média 29 Colaboradores.

20.2. Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

	Ano 2017	Ano 2016
Membros da Direcção		
Remunerações	239.129,65	199.412,92

pre
VA

Falco

20.3. Gastos Totais com Pessoal

Detalhe da rubrica gastos com pessoal:

	Ano 2017	Ano 2016
Remunerações	824.480,39	788.586,86
Encargos Sobre Remunerações	182.089,66	173.348,81
Outros Gastos C/Pessoal	77.533,23	119.618,12
	1.084.103,28	1.081.553,79

21. Outros Rendimentos

	Ano 2017	Ano 2016
Prestação Serviços - Representação	29.214,76	27.949,68
Ganhos em Aplicações Financeiras	187.188,37	91.525,87
Imputação Apoios P/Investimento (C)	178.046,71	0,00
Juros Obtidos - Depósitos	29.213,56	0,00
Juros Obrigações	82.082,64	0,00
Aplicações Financeiras - Dividendos	24.100,08	0,00
Outros Ganhos	2.364,38	38.859,80
	532.210,50	158.335,35

(C) No ano de 2016, o valor corresponde ao apoio para investimento (133.806,52) foi registado na conta Subsídios à Exploração - Apoio ao Investimento- GDA (ver nota 18). Este apoio ao investimento é proveniente de direitos que prescrevam, tendo sido obtida a respetiva aprovação em Assembleia-Geral. Esta rubrica em 2017 engloba os juros e rendimentos similares (135.396,28) que em 2016 foram registados na Rubrica "Juros e rendimentos similares" (ver nota 23.1)

22. Outros Gastos

	Ano 2017	Ano 2016
Impostos Directos - IMI	2.409,84	2.356,82
Impostos Indirectos - IVA, IS, IUC	24.354,97	45.316,03
Donativos	200,00	400,00
Quotizações	41.615,45	37.007,25
Perdas em Aplicações Financeiras	49.449,63	121.690,31
Outros Gastos	877,08	452,95
Despesas C/Serviços Bancarios	4.234,30	0,00
Encargos c/ gestão de aplicações financeiras	121.097,31	0,00
	244.238,58	207.223,36

Em 2017 foram incluídos nesta rubrica os gastos com serviços bancários e similares (ver nota 23.2).

23. Juros e Rendimentos Similares Obtidos / Juros e Gastos Similares Suportados

23.1. Juros e Rendimentos similares obtidos:

	Ano 2017	Ano 2016
Juros Obtidos - Depositos	0,00	62.252,65
Juros Obrigações	0,00	68.448,33
Aplicações Financeiras - Dividendos	0,00	29.373,64
	0,00	160.074,62

Em 2017 os rendimentos desta rubrica foram registados na rubrica "outros rendimentos" (ver nota 21).

23.2. Juros e Gastos similares suportados

	Ano 2017	Ano 2016
Juros Suportados	16.671,17	19.160,72
Despesas C/Serviços Bancarios	0,00	14.611,38
Encargos c/ gestão de aplicações financeiras	0,00	57.609,35
	16.671,17	91.381,45

Em 2017 os gastos com serviços bancários e similares foram incluídos na rubrica "outros gastos" (ver nota 22).

24. Imposto s/ Rendimento do Período

O imposto sobre o rendimento contabilizado no período no montante de Euros 15 700,00, respeita à Colecta apurada sobre o Resultado Tributável e Tributação Autónoma em sede de IRC e respetiva Derrama.

25. Acontecimentos após a Data do Balanço

A Direção da GDA não tem conhecimento de quaisquer acontecimentos em 2018 que possam ter um efeito significativo nas Demonstrações Financeiras respeitantes ao período findo em 31 de dezembro de 2017.

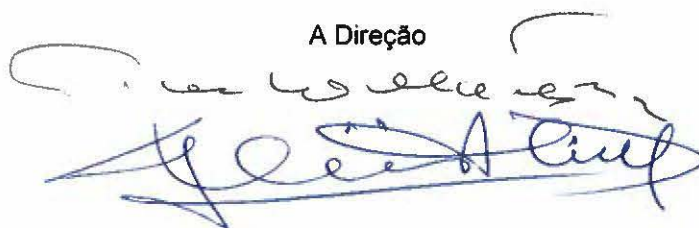
Lisboa, 23 de março de 2018

O Contabilista Certificado



(Membro OCC 23168)

A Direção



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Caros Cooperadores,

No cumprimento e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, apresentamos o Relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o nosso parecer sobre as contas da **GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL**, referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2017.

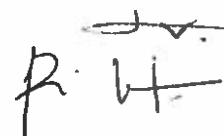
Os membros do Conselho Fiscal acompanharam, com regularidade, durante o ano de 2017, a atividade da **GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL**, tendo procedido ao exame dos livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatando a observância da lei e dos estatutos, tendo reunido com a Direção e obtido os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

No âmbito do processo de encerramento de contas, o Conselho Fiscal procedeu à análise e apreciação do Relatório de Atividades e das contas do ano de 2017, assim como do correspondente Relatório anual sobre a transparência, previsto nos artigos 26.º e 26.º-A da Lei n.º 26/2015, de 14 de abril, na redação atualizada pelo Decreto-lei n.º 100/2017, de 23 de agosto. O vogal Revisor Oficial de Contas procedeu a exame às contas com a extensão e profundidade consideradas convenientes, tendo em vista a emissão da respetiva Certificação Legal das Contas.

O Balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 30.338.001,76 euros e um total de fundos patrimoniais de 966.781,57 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo e o Relatório de Atividades, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas emitida pelo vogal Revisor Oficial de Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Cooperativa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor, nada nos tendo sido reportado ou de que tivéssemos tido conhecimento em contrário.

O Conselho Fiscal sublinha ainda a manutenção da taxa de administração, em cerca de 20%, à semelhança do praticado em 2016.

Assim, em resultado do trabalho desenvolvido, somos de parecer:

A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'P.' followed by a series of loops and a horizontal line.

1. Que sejam aprovados o Relatório de Atividades bem como o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a Demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente Anexo apresentados pela Direção e relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2017, assim como o correspondente Relatório anual sobre a transparência.
2. Que seja aprovado o resultado do ano de 2017, o qual apresenta valor nulo.

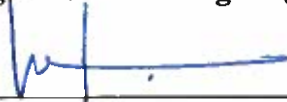
Por fim, agradecemos a colaboração sempre recebida da Direção e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar no âmbito das nossas funções.

Lisboa, 23 de março de 2018

O CONSELHO FISCAL



Margarida Rosa Rodrigues (Presidente)



Beto Betuk (Secretário)



ROMÃO & VICENTE - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA. (Vogal)

Representada pelo Dr. Leonel Manuel Dias Vicente (Revisor Oficial de Contas n.º 963)



ROMÃO & VICENTE

S.R.O.C., Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **GDA - Cooperativa de Gestão dos Direitos dos Artistas, Intérpretes ou Executantes, CRL** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 30.338.001,76 euros e um total de fundos patrimoniais de 966.781,57 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

ROMÃO & VICENTE - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Av. 5 de Outubro, n.º 85, 3.º | 1050-050 Lisboa | www.rvsroc.pt
Telefone 213 860 743 | Fax 212 841 520 | Email geral@rvsroc.pt

Matriculada na C.R.C. Lisboa – NIPC 510 894 321 – Capital Social: 20.000,00 €
Inscrita na lista da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 295 | Número de registo na CMVM: 20161588

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material,



devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre o relatório anual sobre a transparência

Em nossa opinião, o relatório anual sobre a transparência foi preparado de acordo com a lei aplicável em vigor (artigos 26.º e 26.º-A da Lei n.º 26/2015, de 14 de abril, na redação atualizada pelo Decreto-lei n.º 100/2017, de 23 de agosto) e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 23 de março de 2018



ROMÃO & VICENTE - SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Representada pelo Dr. Leonel Manuel Dias Vicente (Revisor Oficial de Contas n.º 963)



Gestão
dos Direitos
dos Artistas